

Vulnerabilidade Docente: Os Desafios Da Educação Inclusiva No Processo De Ensino E Aprendizagem Regular Em Uma Escola Pública Na Zona Rural De Cacoal/RO

Edlaine Ventura Souza¹, Odirlei Arcangelo Lovo², Ademir Luiz Vidigal Filho³,
Rogério Simão⁴, Victor De Almeida Conselvan⁵

¹(Departamento de Ciências Contábeis, Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil)

²(PPGECN – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Natureza, Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil)

³(Departamento Acadêmico de Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil)

⁴(Departamento de Ciências Contábeis, Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil)

⁵(Departamento Acadêmico de Direito, Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil)

Resumo:

Introdução: A educação é fundamental para o desenvolvimento da pessoa, com a crescente demanda de alunos com deficiência nas escolas regulares, mudanças consideráveis vêm ocorrendo nas práticas pedagógicas, são muitos os desafios encontrados no processo de inclusão, principalmente ao que se refere a Educação Inclusiva no ensino regular. Urge, portanto, a seguinte problemática: *Quais os desafios enfrentados pelos professores para a educação inclusiva? A pesquisa consistiu em investigar os desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva do ensino fundamental regular de uma escola municipal de Cacoal/RO, averiguando se são capacitados e formados para realizar a inclusão escolar de pessoas com deficiências, identificando as dificuldades encontradas no processo de educação inclusiva em escolas regulares, descrever as metodologias aplicada pelos docentes para propiciar a inclusão do discentes nas atividades desenvolvidas em sala.*

Materiais e métodos: O estudo é um tema atual e de constante discussão, pertinente para a sociedade e para o ambiente acadêmico. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa. Realizou-se levantamento bibliográfico e foi empregue o método descritivo. Aplicou-se de forma presencial questionário com perguntas abertas e fechadas no mês de março de 2023, os dados foram analisados de forma qualitativa à luz do referencial teórico.

Resultados: São muitos os desafios enfrentados pelos profissionais entrevistados, falta de infraestrutura, de material e pouco apoio pedagógico escolar, além da presença reduzida dos familiares dos alunos no ambiente escolar. São mínimas as capacitações voltadas para inclusão e insuficientes os incentivos da secretária de educação e da administração pública municipal.

Conclusão: Constatou-se que os professores fazem o pouco que podem com o mínimo que se tem, procuram incentivar os alunos com uma leitura diferente, diálogos motivacionais, incentivando os alunos a pensarem no futuro, os estimulando para se superarem. Observou-se ainda que tantas dificuldades acabam por desmotivar esses profissionais.

Palavras chaves: Inclusão; Ensino; Aprendizagem; Educação Inclusiva.

Date of Submission: 08-08-2023

Date of Acceptance: 18-08-2023

I. Introduction

A educação é fundamental para o desenvolvimento de um indivíduo, e o ensino disponibilizado pelas escolas possibilitam a interação e convivência da família com sociedade no ambiente escolar. Esse, é um direito constitucionalmente garantido à cada cidadão, como está previsto no artigo 206. Neste sentido, Lovo et al, (2021, p. 02), “as sociedades não são meros acidentes históricos, guarda-se por trás delas condições de vida e existência superiores àquelas encontradas em um estado de natureza”, vale ressaltar que os direitos sociais são considerados pela doutrina majoritária como um direito de segunda dimensão, isto posto, são normas as quais determinam um agir do Estado, em outras palavras, um direito positivo que impõe ao Estado um dever de atuar ativamente para a concretização do direito.

Após muitos entraves, sociais e culturais, esse direito passou a ser uma realidade incorporada às pessoas com necessidades especiais, seja criança ou adulto. Diante desse contexto e com a crescente demanda de alunos com deficiência nas escolas regulares, mudanças consideráveis vêm ocorrendo nas práticas pedagógicas e novos métodos de ensino estão sendo implantados nas escolas, estruturas reformuladas, formação continuada, em outras palavras, as políticas educacionais voltadas para as pessoas com deficiência, progressivamente, vão ganhando contornos de efetividade.

Sabe-se que são muitos os desafios encontrados no processo de inclusão, principalmente no que se refere a Educação Inclusiva no ensino regular, em que deve haver metodologias adequadas e, no entanto, acaba por não dispor na maioria das vezes sequer de profissionais com formação adequada. Assim sendo, surge a seguinte problemática: Quais os desafios enfrentados pelos professores para a educação inclusiva?

Perante a problemática apresentada, o objetivo geral desta pesquisa baseou-se em investigar os desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva do ensino fundamental regular, tendo como objetivos específicos: a) averiguar se os professores são capacitados e formados para realizar a inclusão escolar de pessoas com deficiências; b) identificar as dificuldades encontradas no processo de educação inclusiva em escolas regulares; c) descrever as metodologias aplicadas pelos docentes para propiciar a inclusão do discentes nas atividades desenvolvidas em sala; d) analisar os desafios enfrentados pelos professores do ensino fundamental de uma escola municipal de Cacoal/RO.

O estudo justifica-se por ser uma temática atual e de constante discussão, pertinente para a sociedade e para o ambiente acadêmico. Abordar temas relacionados à educação, é essencial para a formação do cidadão e para que este desenvolva competências e habilidades que possam ser utilizadas na vida. Além disso, fomentar o assunto no meio acadêmico, serve de base e referência para que futuras pesquisas relacionadas à área social, sejam desenvolvidas, além de trazer a conscientização da comunidade acadêmica sobre a educação inclusiva e os desafios enfrentados pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica; com posterior desenvolvimento de pesquisa de campo voltada para a abordagem qualitativa. Realizou-se levantamento bibliográfico e foi empregue o método descritivo. A coleta de dados deu-se pela aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas e as respostas foram coletadas de forma presencial pelo entrevistador em conjunto com o professor, público-alvo da pesquisa. Os dados foram levantados no primeiro semestre de 2023, mais precisamente entre os meses de fevereiro e março. Posteriormente, foram analisados de forma qualitativa à luz do referencial teórico e representados em forma de recursos gráficos para a melhor compreensão do tema proposto.

São muitos os desafios enfrentados pelos profissionais da escola no qual o questionário foi aplicado. Foram várias as queixas sobre infraestrutura, falta de material e pouco apoio pedagógico escolar. Constatou-se que os familiares dos alunos se fazem pouco presente no ambiente escolar para acompanhar o desempenho das crianças. Averiguou-se que são mínimas as capacitações voltadas para inclusão de alunos com necessidades especiais e insuficientes os incentivos da secretária de educação e da administração pública municipal, falta capacitação e cursos de educação continuada para que os docentes possam se manter atualizados. Os professores fazem o pouco que podem com o mínimo que se tem e tantas dificuldades acabam por desmotivar esses profissionais.

II. Material And Methods

O presente projeto fez uso, inicialmente, de pesquisa bibliográfica; com posterior desenvolvimento de pesquisa de campo. A priori partiu-se de um levantamento de bibliografias relacionadas ao tema da pesquisa para alcançar os objetivos propostos. A base para a realização encontra-se nos pressupostos do método descritivo, pois “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como pesquisa de campo com abordagem qualitativa, esse tipo de pesquisa procede à observação de fatos e fenômenos próximos de como ocorrem no real, ou seja, buscam as informações diretamente com a população pesquisada, que nesse caso serão os professores. Quanto à classificação do estudo, Pereira et al (2018), apresenta que as pesquisas qualitativas denotam que o objetivo é interpretar as opiniões da amostra do estudo, sendo assim, o questionário será composto por perguntas abertas e fechadas.

Para Gil (2008) o questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um grupo de questões que são aplicadas a pessoas com o propósito de obter informações e opiniões pessoais. Então, este é caracterizado por recolher informações pertinentes de uma amostra que tem caráter representativo de uma população, sendo esse referente a conhecimento, interesses, expectativas e outros.

Quanto ao questionário da pesquisa, a base para a elaboração foi a pesquisa de mestrado realizada pela acadêmica Ferreira (2017), intitulado, Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista, a Educação Infantil: o desafio da formação de professores. Contudo, por tratar-se de temas semelhantes, mas não idênticos,

houve a necessidade de adaptações e inserção de novas questões para se enquadrar ao tema da presente pesquisa, Vulnerabilidade docente: os desafios da educação inclusiva no processo ensino aprendizagem regular.

Para a melhor compreensão do referido tema, a coleta de dados deu-se pela aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas e as respostas serão coletadas de forma presencial pelo entrevistador em conjunto com o professor que é o público-alvo da pesquisa. Quanto ao período de levantamento de dados, a captação ocorreu no primeiro semestre de 2023, mais precisamente entre os meses de fevereiro e março. E logo após o levantamento de dados, estes foram analisados de forma qualitativa à luz do referencial teórico e representados em forma de recursos gráficos para a melhor compreensão do tema proposto.

Coleta de dados e questionário

Com o propósito de compreender os objetivos delineados por esta pesquisa, procedeu-se à análise minuciosa das respostas às inquirições criteriosamente elaboradas no questionário. Nesse contexto, a investigação adotou uma abordagem analítica, visando não apenas a extração de respostas, mas também a extração de insights que fluíssem organicamente da interação entre os objetivos intrínsecos à pesquisa e as questões que foram formuladas com a clara intenção de iluminar esses mesmos objetivos. A conjunção entre as respostas obtidas e as indagações em si proporcionou uma plataforma sólida para a descoberta de padrões, a identificação de tendências e, conseqüentemente, a emergência de conclusões que pudessem contribuir significativamente para o avanço do conhecimento.

Assim, o processo de análise revelou interconexões entre os elementos do questionário e os propósitos subjacentes à pesquisa. A harmonização entre os objetivos e as perguntas desempenhou um papel crucial na construção de um entendimento sólido e bem embasado, que não apenas refletiu a profundidade do questionário, mas também estabeleceu uma ponte tangível entre as aspirações da pesquisa e as conclusões tangíveis derivadas das respostas coletadas.

Em resumo, a condução dessa investigação envolveu uma análise integrada das respostas às indagações do questionário, permitindo a interpretação significativa dessas informações à luz dos objetivos predefinidos. A abordagem estratégica e a relação intrínseca entre objetivos e questões ofereceram uma estrutura metodológica robusta para a exploração das complexidades inerentes ao campo de estudo, culminando em insights valiosos e enriquecedores que podem contribuir para futuras pesquisas e avanços na área.

Tabela 1 - Roteiro da Pesquisa

Objetivos	Questões correspondentes
Questões para identificação do perfil dos respondentes	Sexo; Idade e Estado civil; Tempo de atuação na Educação. Você leciona atualmente para alguma criança com alguma necessidade especial?
Averiguar se os professores são capacitados e formados para realizar a inclusão escolar de pessoas com deficiências.	Qual a sua formação profissional? Durante a sua graduação foi ofertada alguma disciplina relacionada a Educação Especial? Você busca informação necessária para conhecer as dificuldades de aprendizagem de seus alunos? Antes de iniciar a tarefa, você se certifica de que os alunos compreenderam com clareza e precisão a informação transmitida? De que forma você estimula a participação e interação de cada aluno tanto individual quanto em grupo? De que forma você fomenta a criatividade e a diversidade na realização de trabalhos a fim de expor as potencialidades de seus alunos?
Identificar as dificuldades encontradas no processo de educação inclusiva em escolas regulares.	Como você se sente ou se sentiu em relação ao seu preparo para atuar com crianças com algum tipo de necessidades especiais? Com quantas crianças com necessidades especiais você já trabalhou em toda sua carreira? Na escola existe um setor ou profissional capacitado para trabalhar com as diferentes necessidades especiais?
Descrever as metodologias aplicadas pelos docentes e equipe pedagógica da escola para propiciar educação inclusiva.	Você planeja as tarefas educativas de cada aula? Quanto às metodologias utilizadas para trabalhar com os alunos com Necessidades Especiais, há a necessidade de desenvolver dois ou mais tipos de materiais para uma mesma aula? Você adapta os conteúdos segundo as capacidades dos seus alunos? Você propõe atividades que exijam maior esforço de abstração e interiorização a fim de comprovar a capacidade de compreensão e assimilação de seus alunos? Como a equipe pedagógica da escola (supervisão, direção) auxilia no processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais? Quanto às metodologias utilizadas para trabalhar com os alunos com Necessidades Especiais, existe apoio da equipe pedagógica para desenvolver dois ou mais tipos de materiais para uma mesma aula? Nas atividades de adaptação dos conteúdos e nas atividades que exijam maior esforço de abstração e interiorização a fim de comprovar a capacidade de compreensão e assimilação dos conteúdos, existe

	algum apoio da equipe pedagógica?
Analisar os desafios enfrentados pelos professores do ensino fundamental de uma escola municipal de Cacoal/RO.	Quais são as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula pelos professores quanto à Educação Inclusiva? Caso você se sinta ou tenha se sentido despreparada para atuar com crianças necessidades especiais, que aspecto você considera que tenha sido o principal responsável pela falha na sua formação, em relação ao trabalho com a inclusão? A escola disponibiliza material e/ou auxílio pedagógico especializado para alunos com Necessidades Especiais? Em sua opinião, o que é necessário para que ocorra uma educação inclusiva? Você poderia apontar quais as ações do município para melhorar o ambiente escolar para as crianças com necessidades especiais? A equipe pedagógica tem auxiliado a desenvolver treinamentos nas dificuldades apresentadas pelos professores na educação inclusiva? Nos cursos que participou sobre a inclusão você diria que a abordagem realizada contemplou suas dúvidas em: a) <input type="checkbox"/> 100%; b) <input type="checkbox"/> 80%; c) <input type="checkbox"/> 60%; d) <input type="checkbox"/> 40%; e) <input type="checkbox"/> 20%; f) <input type="checkbox"/> não contemplou.

Fonte 1 - Metodologia da pesquisa

Após os dados apresentados, é ensejado apresentar os resultados científicos para o problema da pesquisa: Quais os desafios enfrentados pelos professores que lecionam para alunos com deficiências nas salas de aulas regulares?

III. Discussion

Esta seção versa sobre os desafios enfrentados pelos professores ao lecionarem para alunos com deficiências nas salas de aulas, bem como os conceitos da educação inclusiva e sua efetividade no ensino fundamental regular.

Vulnerabilidade no ensino-aprendizagem

O direito à educação é o primeiro direito social reconhecido, contudo esse direito como conhecemos, pautado na igualdade entre as pessoas, já foi restrito a certas classes e anteriormente era principalmente de interesse privado. Durante muito tempo a educação foi organizada segundo a manutenção de poder e o acúmulo de riquezas (SOLFA, 2007).

Com os anos a educação venceu barreiras e transformou-se no que atualmente pode-se chamar de educação inclusiva, onde pessoas com deficiências são incluídas no sistema regular de ensino. A educação inclusiva prevê que o ensino das escolas regulares deve atender os alunos com deficiência, com atendimentos individualizados priorizando a necessidade de cada indivíduo (BATISTA JUNIOR, 2016).

Além disso, “o fator social modificou o sistema escolar e destacou a inclusão como elemento determinante para abolir a desigualdade, mas sabe-se que a democratização continua em detrimento com a qualificação e a efetivação da lei que tanto bem faria se fosse realmente eficaz” (MIRANDA; SILVA, 2019, p. 215).

A escola por sua vez, deve proporcionar um ambiente e atividades que facilitem à aprendizagem, a criatividade. Além disso a escola possui uma autoridade semelhante à da família, por ser responsável pelo desenvolvimento da criança e do adolescente. Enfrenta-se nas escolas divergências políticas culturais e educacionais desarticuladas, falta de recursos e de continuidade de programas e projetos pedagógicos (CARRARA, 2016), à baila familiar Sanches, Rocha e Lovo, (2018, P. 241) preconizam a importância da família “Diante da necessidade de assegurar a cada indivíduo, dentro do modelo de família que ele constitui e no qual se sente inserido, a sua liberdade, igualdade e dignidade, fazem se necessário uma constante atualização das leis para que se possa garantir e assegurar tais princípios”

A escola inclusiva, deve desenvolver-se onde não haja desigualdades ou incompreensão. Pode-se dizer que a luta é essencial para que a escola se torne um ambiente realmente inclusivo é necessário que os profissionais da educação procurem sempre qualificarem para que realmente transformem a qualidade de aprendizagem para o público-alvo da educação especial (SANTOS; ALMEIDA, 2017).

Indo de encontro aos direitos de as crianças irem à escola, principalmente as portadoras de necessidades especiais, a Declaração de Salamanca de 1994, reiterou o direito das crianças e adolescentes com necessidades especiais à educação sem desigualdades. Considerado um dos principais documentos que visa a inclusão social, na Declaração de Salamanca de 1994, o direito à Educação para as pessoas com necessidade especial ganha resistência, garantindo que “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

No Brasil, esse direito foi consolidado no art. 58 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, enfatizando que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) se tornou vigente em 1996, reafirma em seus artigos 58, 59 e 60, o acesso de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares através de regimento, promovendo a inclusão.

Segundo Miranda e Silva (2019), é indispensável que o caminho para a efetivação do desenvolvimento na educação seja através dos investimentos, políticas públicas, acessibilidade, currículo, mas é importante esclarecer que a escola e o educador também precisam estar preparados, para que se alcance o objetivo desejado. “Para melhorar a qualidade de ensino, todos devem estar envolvidos, pois na busca da qualidade exclusão não se encaixa. Autonomia, flexibilidade e adaptação são formas de alcançar nem que sejam parcialmente os resultados”.

De acordo com Santos e Almeida (2017), a Educação Infantil é uma etapa do ensino que tem conquistado seu espaço no decorrer dos anos, integrando o ensino básico a partir da Constituição de 1988. Contudo, ainda se defronta com vários desafios, principalmente relacionados ao ingresso de crianças especiais nas turmas regulares.

Para as autoras, trata-se de uma etapa importante para o desenvolvimento cognitivo da criança, é na educação infantil que são detectadas algumas necessidades que poderão afetar o processo de aprendizagem da criança. “A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem” (SANTOS; ALMEIDA, 2017, p.1428).

Carrara (2016) argumenta que para que a aprendizagem aconteça eficientemente, os alunos devem estar bem física e mentalmente. Quando falta algum desses fatores como motivação, maturação, inteligência e afetividade ou até mesmo uma inadequação pedagógica, pode ocorrer uma dificuldade de aprendizagem.

Nesse sentido, Santos e Almeida (2017) complementa dizendo que além dos aspectos que interferem na aprendizagem, são vários fatores que tornam difícil o processo de inclusão: a falta de estrutura com acessibilidade nas escolas, o déficit de professores qualificados, a dificuldade em obter um diagnóstico, são alguns desses desafios cotidianos enfrentados pelas instituições públicas.

Educação inclusiva e os desafios da escola pública

Muitas mudanças ocorreram no ensino brasileiro com os anos, principalmente para estudantes com baixa renda, negros, alunos de escola pública e alunos com deficiência que ingressam nas escolas regulares. Entende-se por escola regular o estabelecimento de ensino que ofertam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e que recebem alunos sem deficiência (BATISTA JUNIOR, 2016).

Ao contrário das escolas regulares, o autor caracteriza as escolas inclusivas como instituições que acolhem alunos com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, com o intuito de alfabetizar e ensinar, utilizando materiais didáticos, lúdicos, formando-os para exercer uma profissão.

Silva (2019) enfatiza a responsabilidade das escolas e a complexidade ao se investir na inclusão, afinal de contas o ensino inclusivo não é padronizado e requer esforço contínuo. A inclusão nos faz repensar sobre as diferenças, pois cada indivíduo tem seus aspectos, suas inclinações e habilidades que os caracterizam. Acolher alunos com necessidades especiais resulta em respeitá-los (PEREIRA, 2017).

Pode-se dizer que o processo de educação inclusiva se tornou ambíguo, onde leis garantem o reconhecimento das diferenças. Contudo, esse processo é desafiado pela efetivação de uma educação de qualidade e igualdade, com um ensino didático para todos. “Unir as dicotomias Educação Inclusiva e Educação Regular irá garantir o acesso e a permanência dos alunos e minimizar a carência de pessoas que já sofreram discriminação” (MIRANDA; SILVA, 2019).

Segundo os autores, a Educação Inclusiva almeja engajamento de todo o setor educacional, considerando que as alterações necessárias não estão sendo executadas. É preciso conhecer, discutir a temática, haja visto que a inclusão não é fácil e requer formação e ações efetivas. São muitas as maneiras de aprendizado e de ensino, entretanto, observa-se lugares não acolhedores e profissionais desatualizados e despreparados para lidar com novas realidades. É preciso valorizar novas rotinas por meio de ações pensadas e estratégias formuladas adequando a estrutura educacional.

Pereira (2017) menciona que a Convenção sobre os direitos da Pessoas com Deficiência aprovado pela ONU determina que os Estados devem garantir uma Educação Inclusiva em todos o ensino, em locais propícios a estimular o desempenho acadêmico e social. Garantindo que não haja exclusão e que os alunos com deficiência ou necessidades especiais lhes tenham assegurado um ensino inclusivo e gratuito igual aos demais.

Contudo, para oferecer uma educação com qualidade para todos os alunos, inclusive os com necessidades especiais, cabe à escola capacitar seus docentes, além de preparar-se, organizar-se, em suma adaptar-se. O movimento a favor da Educação Inclusiva, colocou em debate a finalidade da Educação Especial, com isso a classificação de diferentes tipos de deficiências começou a não ser destaque na definição geral de

portadores de necessidades educativas especiais, expandindo o número de alunos que deveriam receber algum tipo de suporte (GLAT; FERNANDES, 2005).

Segundo Omote (2003), a maneira como o indivíduo olha para as diferenças contribui para a construção da identidade e, portanto, exerce papel determinante na aprendizagem. Não se pode construir uma identidade não conhecendo um ambiente diverso.

Quando se olha no contexto curricular da escola, nota-se que não são sempre os mesmos alunos que têm dificuldades situações semelhantes. Todos exercem uma função e contribuem para o desenvolvimento coletivo, mesmos com suas falhas. “Uma educação de qualidade, neste aspecto, será a que é capaz de dinamizar a aprendizagem em grupos de alunos que podem apresentar tanto dificuldades como proficiência, em diferentes momentos, matérias ou contextos” (OMOTE, 2003, p.29).

O processo de formação docente e a inclusão

O preconceito sempre foi algo que rodeou as pessoas com deficiência, foi a partir de 1990 que se iniciou a educação especial, defendendo a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. A educação especial prevê estender o ensino das escolas regulares para alunos com deficiência, com atendimentos individualizados priorizando a necessidade de cada indivíduo (BATISTA JUNIOR, 2016).

Segundo Silva (2008), incluir alunos com necessidades especiais ou com deficiência, agrega às escolas e aos seus professores inúmeras responsabilidades além das que já lhe são pertinentes, sendo esta complexa apesar de diretrizes reguladoras. Dessa forma, considera-se a formação de professores de ensino regular essencial para conhecer e traçar novas estratégias para recepcionar esses alunos.

Contudo, a autora enfatiza que a formação apesar de amenizadora no processo de inclusão torna os professores mais aptos e confiantes para lidar com todos os alunos com ou sem necessidades especiais, ajudando-os a utilizar suas competências e a desenvolver suas potencialidades.

A Educação Inclusiva vai além de uma mudança na educação, esta abrange várias transformações, não se está falando apenas de mudança grade curricular ou na permissão para alunos com necessidades especiais frequentarem a Escola Regular, “trata-se de uma reforma bem mais profunda abrangendo os valores e as práticas de todo o sistema educativo tal como ele é comumente concebido (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2011, P. 43).

Segundo os autores, as mudanças que a Educação Inclusiva sugere é um assunto coletivo e de responsabilidade de todos, que requer engajamento e tempo para se concretizar, considerando que são transformações que em sua maioria ocorrem em escolas onde não é vista a necessidade de renovação. Aspectos como políticas inclusivas, práticas e culturas sobre a temática são considerados primordiais no progresso da Escola Inclusiva em Escolas de Ensino Regular.

Outro ponto levantado por Piccolo (2009) é que formação dos professores é muito complexa e carente ao que tange às ações que visam atender necessidades educacionais. De acordo com o autor, muitas das práticas pedagógicas até então não são formuladas para a real necessidade dos alunos, para ele uma Escola Inclusiva deve atender e suprir com excelência as necessidades de todas as crianças, sem distinção, bem diferente da atual realidade das escolas que ainda se pautam em suposições e ficções do que seria inclusão e integração.

Toda criança tem direito de ir à escola e de ser incluída, independente da sua deficiência ou necessidade especial, compete à escola desenvolver um plano de ensino adequado a demanda do aluno para que este possa desenvolver suas aptidões, “Diferentemente da integração, que procurou reabilitar para depois inserir, a inclusão procura responder às capacidades ou às potencialidades de cada um, no seu contexto natural de pertença” (SILVA, 2008, p.481).

Diante de todo o processo inclusivo, pode-se dizer que os professores são sem sombras de dúvidas parte fundamental para que as alterações propostas funcionem de fato, são eles que participam nas decisões políticas relacionadas à escola, estão presentes na comunidade e nas famílias dos alunos. São os professores que gerem o currículo escolar o que permite a condução das ações e opções praticáveis (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2011).

Além disso, os autores salientam que cabe a esses profissionais serem habilidosos ao desenvolverem estratégias inclusivas, que permitam interação e a igualdade entre seus alunos deixando de lado qualquer forma de exclusão. No mais, isso somente será viável se houver apoio entre professores ao desempenharem projetos disciplinares que envolvam alunos e comunidade.

Leite (2016), afirma que para um professor trabalhar com inclusão não requer especialização específica em educação especial, entretanto se faz necessário possuir habilidades de docente e o conhecimento necessário sobre o tema. Esse entendimento do assunto e da pedagogia proporciona ao professor descobrir novas metodologias de atuação.

Sua diligência no ensino o respalda para que este encontre a maneira mais adequada para fazer o aluno que tenha dificuldade de aprendizado consiga superá-la, identificando qual o embaraço ou adversidade e traçando um novo caminho de aprendizagem. “Ser professor exige uma complexa rede de conhecimentos que

não são aprendidos unicamente na universidade, pois o docente depende da realidade do sistema de ensino e da própria formação adquirida ao longo do seu desenvolvimento profissional” (Oliveira et al, 2019).

Ao que tange às novas formas de conduzir o ensino mediante as dificuldades de cada aluno, adaptar a maneira como se leciona tem sido de suma importância para o desenvolvimento de alunos com algum tipo de limitação. Isso é o que define o real significado da Educação Inclusiva, um ensino que seja para todos e que leve de fato ao aprendizado, pautado em uma grade curricular individualizada a necessidade de cada aluno. “No entanto, organizar o trabalho para todos, com todos, em diferentes níveis, respeitando ritmos de aprendizagem, ainda que possa ser um princípio consensualmente aceite, coloca dificuldades quanto à sua operacionalização” (SLVA, 2008, p.482).

A inclusão requer conhecimento didático e propõe um currículo escolar ajustável aos grupos, com monitoramento de atividades. Esses ajustes no currículo escolar não têm sido tão favoráveis na prática, contudo essas adaptações são essenciais para a inclusão pois norteiam os professores frente ao ensino de alunos com necessidades especiais. No Brasil, o ajuste na grade curricular tornou-se ainda mais difícil, pois este são engessadas o que dificulta a aprovação (LEITE, 2016).

IV. Result

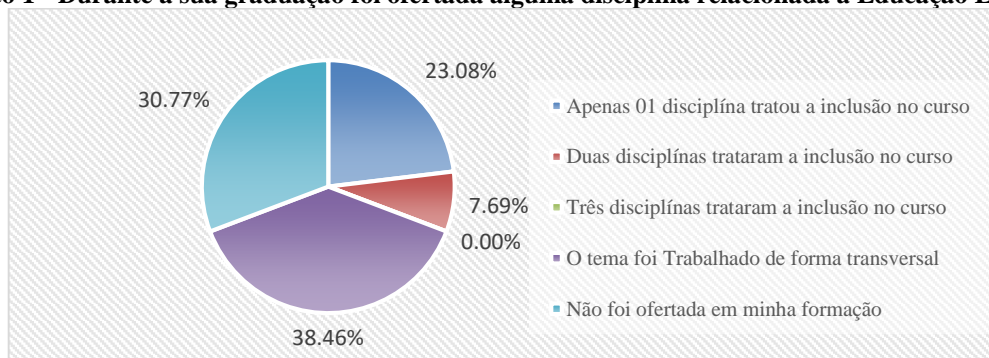
A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino infantil e fundamental da zona rural na cidade de Cacoal, estado de Rondônia, que se localiza na Amazônia Ocidental. Nesta escola as atividades educativas foram iniciadas há mais de 3 décadas é uma escola que apresenta características especiais por já estar na zona rural e por ter alunos com diversas necessidades especiais.

Foram obtidas treze respostas dos vinte questionários encaminhados, sendo quatro questionários respondidos por homens com mais de 51 anos de idade e nove questionários respondidos por mulheres com idade entre 28 e 51 anos. oito professores são formados em pedagogia e cinco professores tem formação superior em outras áreas. O professor “D” mencionou que além de sua formação em pedagogia também possui pós-graduação em Visão interdisciplinar/gestão escolar.

Verificou-se que em sua maioria são educadores com mais de onze anos de formação, ou seja, profissionais com uma vivência e experiência profissional considerável para responder com equidade aos questionamentos realizados. Apenas dois, dos treze entrevistados, tem menos de onze anos de formação, a saber: professor “E” que tem entre um e três anos atuando na educação e o professor F entre quatro e seis anos.

Quando se indaga os professores se durante sua graduação foram ofertadas alguma disciplina relacionada a Educação Especial, 38,46% dos educadores responderam que o tema inclusão foi trabalhado ao longo do curso de forma transversal, 30,77% responderam que durante o curso não foi trabalhado de forma alguma, 23,08% responderam que cursaram apenas uma disciplina com essa abordagem e apenas 7,69% responderam que teve duas disciplinas que tratavam esse tema durante toda a graduação (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Durante a sua graduação foi ofertada alguma disciplina relacionada a Educação Especial?



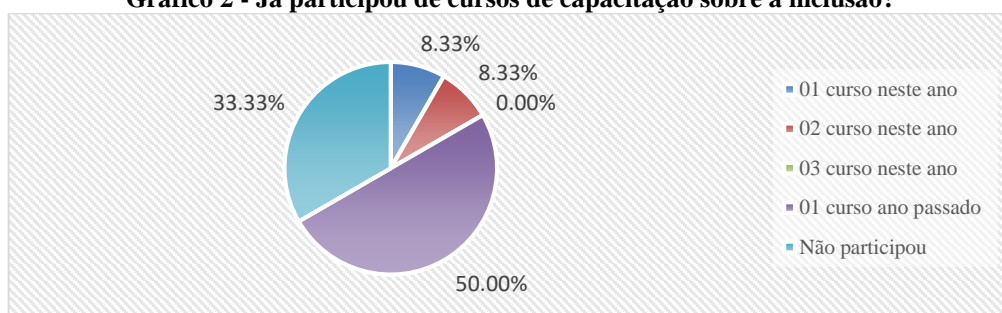
Fonte 2 - Dados da pesquisa (2023)

Com a análise do Gráfico 01 torna-se evidente a necessidade de capacitação destes profissionais, logo questionou-se sobre a frequência com que esses professores participam de curso de capacitação, 46,19% dos professores informaram ter participado de algum curso de capacitação recentemente no ano passado, 30,77% afirmaram nunca ter participado de um curso sobre essa temática, 7,68% afirmaram ter participado de um curso neste ano e 7,68% afirmaram ter participado de dois cursos neste ano e 7,68% afirmou não ter participado a algum tempo. (Gráfico 2).

Os números expostos no último censo escolar (INEP, 2012) reforçam a urgência da melhora da formação de professores em nosso país. Aproximadamente 80% dos alunos com necessidades educacionais especiais estão matriculados na rede pública de ensino. Observa-se que desde 2012 pesquisas demonstram a necessidade de se avançar na melhoria contínua dos professores, mas apesar da necessidade, nota-se, com base

nas respostas obtidas pela inquirição acima que o processo regular que deveria ocorrer, ou seja, os professores aprendessem sobre a educação inclusiva na licenciatura e posteriormente aplicassem os conhecimentos na sala de aula, simplesmente não acontece. E se não bastasse a falha no processo de formação inicial do educador, o município continua pecando na capacitação desses servidores, tendo em vista expressivo percentual de profissionais que afirmam nunca ter participado de qualquer curso a respeito da educação inclusiva.

Gráfico 2 - Já participou de cursos de capacitação sobre a inclusão?



Fonte 3 - Dados da pesquisa (2023)

Segundo Silva (2014), é fundamental que” na graduação os professores sejam preparados para compreender e assumir o processo de inclusão de alunos com NEE, tornando-se qualificados para planejar e executar suas atividades e proporcionar também a interação deles com os colegas de turma.

Para os professores que disseram ter realizado algum curso de capacitação, indagou-se na opinião deles, qual seria o grau de aproveitamento neste curso, empatados em 15,39% os educadores que afirmaram terem aproveitado o curso em 100%, 80%, e 60%. Apenas 7,69% afirmaram ter aproveitado 40% do curso. O professor E, que disse ter feito a capacitação a muito tempo, não mencionou o quanto foi aproveitado do curso.

Levantou-se junto aos educadores se eles lecionam atualmente para crianças com necessidade especial, 84,61% informaram dar aula para alguma criança com algum tipo de necessidade especial e 15,39% disseram não dar aula no momento para nenhuma criança com necessidade.

Ainda que fosse pequena a demanda, contudo, diante da expressiva quantidade de profissionais que estão diretamente relacionados à educação inclusiva, o Poder Público jamais deveria deixar de ofertar a capacitação desses servidores, desde a formação inicial até a continuada, bem como, o acompanhamento deve ser frequente, com índices que possam averiguar a aplicação da metodologia desenvolvida e aplicada na prática, do mesmo modo que acontece com os estudantes que não possuem nenhum tipo de deficiência.

A despeito de ser uma questão teoricamente nova no Brasil, o Poder Público não pode se valer da própria torpeza para eximir-se de sua responsabilidade, nesse sentido, a educação inclusiva não pode ser vista apenas como um direito do cidadão, mas como uma questão de dignidade da pessoa humana, levando-se em conta a equidade e a justiça social. Assim, a educação inclusiva deve ocupar lugar de destaque, assumindo papel principal e prioritário, jamais ser tratada como resíduo e indiferente.

Questionou-se também, a forma como os educadores estimulam a participação e interação de seus alunos inclusos individualmente e em grupo. As respostas foram as seguintes:

Quadro 1 - Como os professores estimulam a participação e interação de seus alunos

Professor	Respostas
A	Desenvolvendo atividades com jogos relacionas a atividade a ser aplicada ao aluno.
B	Motivando-os, auxiliando em suas dificuldades, buscando parceria da família.
C	Por meio de histórias, buscando com que a criança interaja com os demais.
D	Com atividades diversificadas, jogos, músicas, brincadeiras, etc.
E	Questionamentos orais e uso do quadro para realizar correção de tarefas e atividades.
F	Depende da atividade.
G	Por meio de atividades lúdicas, brincadeiras entre outros.
H	Em determinadas situações proponho a mesma atividade da turma para que ele possa desenvolver e perceber o próprio avanço.
I	Procurando inclui-lo nas atividades em sala com os outros estudantes e valorizando o seu desempenho, respeitando as suas dificuldades.
J	Com roda de conversa.
K	Nenhuma, não tem material pedagógico.
L	Com atividades diversificadas.
M	Não respondeu.

Fonte 4 - Dados da pesquisa (2023)

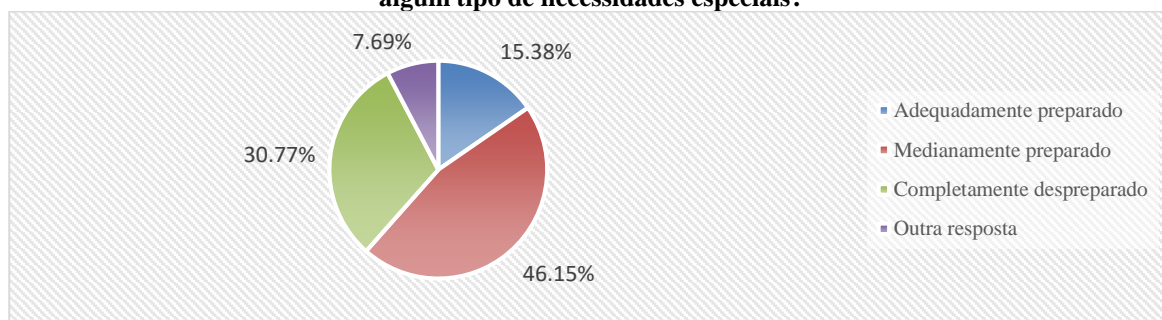
Outro questionamento feito, foi o de que se antes de iniciar a tarefa, certificavam-se de que os alunos compreenderam com clareza e precisão a informação transmitida, a maioria afirmou que tem essa atenção antes do início das atividades e 15,39% afirmaram não ter esse cuidado.

Em relação a educação inclusiva, questionou-se aos professores se eles planejavam as tarefas educativas que iriam passar para os alunos, 84,61% responderam realizar algum planejamento, dentre esses que responderam positivamente, 38,46% afirmaram realizar planejamentos quinzenais, 38,46% disseram realizar planejamento diário, 7,69% não citou com que frequência era feito tal planejamento e 15,39% afirmaram não fazer planejamento algum.

Indagou-se também aos educadores que disseram lecionar para alunos com necessidades especiais se eles recebiam algum tipo de orientação e/ou material necessário para trabalhar com esses alunos, apenas 30,77% disseram receber, 53,85% afirmaram não receber nenhuma orientação ou material de trabalho.

Quanto a experiência dos professores com crianças especiais, perguntou-se aos educadores com quantas crianças estes já tinham trabalhado ao longo de sua carreira, todos informaram terem lecionados para no mínimo 3 crianças com necessidades especiais ao longo da carreira. Dito isso, foi questionado como esses profissionais se sentiam em relação a sua formação e preparo para lidarem com alunos especiais, 46,15% professores disseram estar medianamente preparados, 30,77% afirmaram estar completamente despreparados, 15,38% alegaram estar adequadamente preparados e 7,69% informou ter procurado se preparar para trabalhar com essas crianças.

Gráfico 3 - Como você se sente ou se sentiu em relação ao seu preparo para atuar com crianças com algum tipo de necessidades especiais?



Fonte 5 - Dados da pesquisa (2023)

Ao que tange os professores que se sentem despreparados para lecionar para crianças especiais, questionou-se quais aspectos estes consideram o principal responsável pela falha em sua formação com relação ao trabalho com inclusão, os educadores “D”, “F”, “G”, “J” e “K” disseram que a falta de “conteúdo específico” foi responsável pela falha em sua formação, já os “B”, “C”, “E”, “L” e “M” afirmaram que foi o fato de “não ter explorado situações práticas como oferta de estágio por exemplo”, já os professores “G”, “H” e “I” relataram que há falta de “conteúdo pedagógico”, o professor “A” citou a falta de “apoio pedagógico, de conteúdo específico e em muitas situações o apoio familiar”.

Levando-se em conta o quesito acima, vale dizer que, são demasiadas as ações e atividades pedagógicas que influenciam na formação do profissional de educação, desde o acesso a teorias, passando pelo conhecimento prático, até o apoio da família. Assim, pode-se dizer que não ocorre apenas falha no processo de formação do profissional, bem como, é evidente o reconhecimento desses profissionais quanto ao seu próprio despreparo para lidar com a situação. É dizer, o educador tem consciência de sua incapacidade para enfrentar a questão, porque de fato não foi preparado para tal incumbência.

Quanto ao dia a dia desses professores, indagou-se se a escola onde trabalham disponibiliza material ou auxílio pedagógico especializado para trabalhar com alunos com necessidades especiais apresentaram as seguintes respostas:

Quadro 2 - A escola disponibiliza material/auxílio pedagógico especializados p/ inclusos

Professor	Respostas
A	<i>Difícilmente, porque essa responsabilidade quanto a disponibilidade de materiais direcionado aos alunos especiais é direcionada sistema educacional.</i>
B/L	<i>Alguns, sim.</i>
C	<i>Difícilmente, porque essa responsabilidade de material direcionado é da secretaria de educação.</i>
D/ H/M	<i>Sim, há atendimento para esses estudantes no AEE.</i>
E/ F/K	<i>Até o momento não.</i>
G	<i>A escola tem buscado oferecer recursos.</i>
I	<i>Não. Existe o atendimento no contraturno, mas não atende as necessidades do profissional da sala de aula.</i>
J	<i>Dentro das condições da escola disponibiliza sim.</i>

Os professores também mencionaram a assistência do Atendimento Educacional Especializado, em que os professores que lá atendem, o fazem de acordo com as condições possíveis, que nem sempre são as melhores. Em outras palavras, a assistência que há não supre a carência, deixando nítido que a questão não é tratada com a devida importância a qual merece e deve.

Quando questionados sobre a metodologia utilizada com alunos com necessidades especiais e se é necessário desenvolver mais de um tipo de material para ser utilizado durante uma única aula. Todos os educadores foram unânimes ao dizerem que há sim a necessidade e que a disparidade entre os alunos é surpreendente e que as vezes se faz necessário trabalhar as dificuldades e limitações de forma mais individualizada.

Ainda sobre a metodologia empregue, indagados se recebem apoio da equipe pedagógica onde trabalham ao lecionar para crianças especiais, 7,69% dos professores disseram desconhecer se há algum apoio, 15,39% disseram não haver suporte, 7,69% disseram ter apoio raramente, 7,69% as vezes e 46,15% afirmaram haver sim ajuda da escola no trabalho com os alunos.

Questionados se no geral, de como os orientadores e supervisores da escola auxiliam nos treinamentos e/ou outras formas de lidarem com as dificuldades dos professores que lecionam na educação inclusiva, os educadores informaram que esses profissionais buscam auxiliar ouvindo as necessidades dos professores, tentam integrar as famílias desses alunos à escola, promovendo encontros pedagógicos.

Ainda sobre o suporte oferecido pela equipe pedagógica da escola, perguntou-se se está auxiliando de alguma maneira na adaptação dos conteúdos ou tem ofertado alguma capacitação, para 46,15% dos professores disseram que há alguma ajuda, mas que existe também cobranças por parte destes nas atividades adaptadas, um dos educandos mencionou que o auxílio se dá por meio da facilitação para que os educadores possam frequentar os cursos que a secretária de educação oferta, 30,77% responderam não ter suporte também nesse quesito, 15,39% alegaram que a ajuda ocorre raramente e 7,69% não responderam.

Referente as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula por esses professores quanto à educação inclusiva, unanimidade afirmaram enfrentar problemas de falta de material adequado, falta de infraestrutura, falta de capacitação, pouco envolvimento familiar, falta de acompanhamento psicológico em alguns casos, metodologia adequada. O professor “E” enfatizou que “a equipe pedagógica escolar poderia ser fazer mais presente”.

Batista (2016), relata que após a criação de diretrizes voltada para inclusão e a Declaração de Salamanca, tornou-se crescente o número de matrículas de crianças com alguma necessidade especial em escolas regulares. Após essa transição, fez-se necessário mudanças nas práticas pedagógicas e na metodologia de ensino, surgindo a necessidade de capacitação dos profissionais da educação.

Quando indagados sobre o que poderia ser feito para que ocorresse uma educação inclusiva, as opiniões dos professores foram diversas, o professor “B” afirmou que: “o professor saiba sobre deficiência, que tenha auxílio da equipe técnica (psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social e especialista em educação especial e que sejam oferecidos cursos de formação continuada sobre o assunto”.

O professor “E” citou que além das providencias mencionadas: “que haja apoio da diretoria”; o professor “A” acrescentou “que a equipe escolar toda seja favorável”; o professor “C” indicou a necessidade de “um projeto pedagógico”; o professor “F” apontou a necessidade da “colaboração entre educação comum e educação especial”. Os professores “D”, “G”, “H”, “I”, “J”, “K”, “L” e “M” mencionaram os quesitos relatados pelos demais colegas.

Permitir que alunos com ou sem alguma necessidade especial convivam em um mesmo ambiente escolar, não é certeza de um bom ensino, um ambiente adequado com condições satisfatórias é a melhor maneira de reduzir a desigualdade. Deve-se considerar a educação inclusiva como prioritária, lecionar para alunos especiais sem os recursos e a formação adequada de um profissional é um grande risco para o desenvolvimento dessas crianças (PICCOLO, 2009).

Pediu-se para que os educadores apontassem de que forma o município poderia auxiliar para melhorar a educação inclusiva no ambiente escolar, os professores “B” e “G” não responderam, enquanto os professores “H” e “L” disseram que o município “poderia diminuir o número de estudantes por sala e oferecer formação para profissionais e materiais pedagógicos”; o professor “A” afirmou que poderia “ter um olhar mais amoroso em relação a essa clientela”; os professores “G” e “L” enfatizaram a “formação para os professores” e os professores “B” e “C” “além dos cursos de capacitação mencionaram a “contratação de profissionais da área e parcerias”.

O educador “M” mencionou a “acessibilidade, contratação de cuidador e atendimento no AEE”; o professor “J” indicou a necessidade do município colaborar com a “construção de um espaço com adequação para alunos”; o professor “I” apontou para “desconhecimento das ações do município”, e afirmou que “há

muitas cobranças e nenhuma formação específica para professores de sala de aula” e o professor “C” relatou que “até o momento ouviu a contratação de cuidadores escolar para ajudar a cuidar das crianças”.

Por fim, foi questionado de que forma esses profissionais estimulam a capacidade de compreensão/assimilação e fomentam a criatividade e diversidade de cada aluno, para que eles possam expor sua potencialidade. Os professores disseram que buscam incentivar os alunos, suas participações nas aulas, estimular sua autoestima, além de propor leituras que possam ser feitas baseadas em suas necessidades, atividades de socialização, discussões sobre o futuro, jogos, elogios e na medida que esses desafios são trabalhados, é aumentado o grau de dificuldade com o intuito de estimular o seu desenvolvimento.

As parcerias com outras instituições, como facilmente se compreende, revestem-se aqui da maior importância. Mas a escola é a responsável, porque todos os alunos são da sua competência. Pode-se dizer que, essa responsabilidade implica saber e saber fazer. A escola e sua equipe pedagógica deve incentivar as potencialidades dos seus alunos, estimulando-as e desenvolvendo-as. É por isso que a inclusão tem como pressuposto que a diferença é um valor e um desafio, na medida em que obriga a equacionar e a implementar respostas diferenciadas, de acordo com o contexto em que se processam (SILVA, 2019, p. 17.)

V. Conclusion

O objetivo da presente pesquisa consistiu em investigar os desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva do ensino fundamental regular de uma escola municipal de Cacoal/RO, averiguando se são capacitados e formados para realizar a inclusão escolar de pessoas com deficiências, identificando as dificuldades encontradas no processo de educação inclusiva em escolas regulares, descrever as metodologias aplicada pelos docentes para propiciar a inclusão do discentes nas atividades desenvolvidas em sala.

De acordo com a pesquisa, são muitos os desafios encarados pelos educadores e não é diferente a situação passada pelos profissionais da escola no qual o roteiro de entrevista foi aplicado. Foram realizadas várias queixas sobre infraestrutura, com salas muito lotadas e com poucos cuidadores, sem falar na insatisfação com a falta de material e pouco apoio pedagógico escolar. Constatou-se que os familiares dos alunos se fazem pouco presente no ambiente escolar para acompanhar o desempenho das crianças.

Foi averiguado que apesar da maioria dos professores possuía uma longa carreira na docência, são mínimas as capacitações voltadas para inclusão de alunos com necessidades especiais. São insuficientes os incentivos da secretária de educação e da administração pública municipal, falta capacitação e cursos de educação continuada para que os docentes possam se manter atualizados.

Constatou-se que os professores fazem o pouco que podem com o mínimo que se tem, procuram incentivar os alunos com uma leitura diferente, diálogos motivacionais, incentivando os alunos a pensarem no futuro, os estimulando para se superarem. Observou-se ainda que tantas dificuldades acabam por desmotivar esses profissionais. Durante a aplicação do roteiro de entrevista foi notório o medo dos professores que responderam aos questionamentos de se prejudicarem, notou-se certo receio em se manifestar ou de expor o local no qual trabalham.

Conclui-se, portanto, que o trabalho atendeu ao objetivo pretendido e, a partir das contribuições dessa pesquisa, verifica-se que a temática pode ser mais explorada em outros trabalhos, no sentido de cobrar mais providências dos órgãos competentes, seja em melhorias nas escolas, na disponibilização de mais materiais didático pedagógico ou na oferta de cursos de capacitação e atualização. Sugere-se para futuros trabalhos, realizar uma pesquisa em um número maior de escolas no município, tanto na área urbana quanto na zona rural.

References

- [1]. Batista, J. R. L. J. (2016). Pesquisas Em Educação Inclusiva: Questões Teóricas E Metodológicas. Recife: Pipa Comunicação, P. 33-85.
- [2]. Brasil. (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Brasília, Df: Presidência Da República, 2016. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/Cf88_Livro_Ec91_2016.Pdf.
- [3]. Brasil. (1996). Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, Lei N° 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. Disponível Em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf.
- [4]. Brasil. (1994). Declaração De Salamanca. Brasília, 1994. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.
- [5]. Carrara, M. L. (2016). Dificuldade De Aprendizagem E Vulnerabilidade Social Sob A Percepção Da Comunidade Escolar. Universidade Do Sul De Santa Catarina. Pós-Graduação Em Educação E Direitos Humanos, V. 1, P. 28.
- [6]. Ferreira, R. F. A. (2017). Inclusão De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista Na Educação Infantil: O Desafio Da Formação De Professoras / Roberta Flávia Alves Ferreira. - Belo Horizonte, 2017. 160 F., Enc. II. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-Arkfy6>
- [7]. Gil, A. C. (2008). Métodos E Técnicas De Pesquisa Social. 6. Ed. Editora Atlas Sa. <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/Gil-A-C-Mc3a9todos-Etc3a9cnicas-De-Pesquisa-Social.Pdf>.
- [8]. Glat, R.; Fernandes, E. M. (2005). Da Educação Segregada À Educação Inclusiva: Uma Breve Reflexão Sobre Os Paradigmas Educacionais No Contexto Da Educação Especial Brasileira. Revista Inclusão, V. 1, N. 1, P. 35-39.
- [9]. Inep – Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais. Censo Escolar 2012. Disponível Em www.inep.gov.br. Acesso 12/03/2013.
- [10]. Leite, T. (2016). Formação De Professores Para A Inclusão. In: Congresso Internacional Escola Inclusiva-Educar E Formar Para A Vida Independente. Cercica.

- [11]. Lovo, O. A.; Costa, G. S.; Magro, E. F. D.; Belete, N. A. S. (2021). Razão E Ética: Práxis E Governança Global. Research, Society And Development, [S. L.], 10(16), E298101623817. Doi: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23817>.
- [12]. Miranda, C. R.; Silva, C. A. (2019). Os Desafios Da Educação Inclusiva No Ensino Regular. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, V. 1, N. 23, P. 213-218, Dec.. Issn 2316-3852. http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/893.
- [13]. Omote, S. (2003). A Formação Do Professor De Educação Especial Na Perspectiva Da Inclusão. Formação De Educadores: Desafios E Perspectivas. São Paulo: Unesp, P. 153-169.
- [14]. Piccolo, G. M. (2009). As Bases Do Processo De Formação Docente Voltado À Inclusão. Revista Educação Especial, V. 22, N. 35, P. 363-374.
- [15]. Rodrigues, D.; Lima-Rodrigues, L. (2011). Formação De Professores E Inclusão: Como Se Reformam Os Reformadores? Educar Em Revista, P. 41-60.
- [16]. Sanches, M. A.; Rocha, V. B.; E Lovo, O. A. (2018). A Influência Da Atividade Profissional No Planejamento Familiar. Caminhos. Goiânia, V. 16, N. 1, P. 230-242, Jan./Jun. Doi: <https://doi.org/10.18224/cam.v16i1.6165>.
- [17]. Santos, C. S.; Almeida, Y. S. (2017). Inclusão Na Educação Infantil: Desafios E Possibilidades Através Das Práticas Pedagógicas. Revista On Line De Política E Gestão Educacional, P. 1423-1432.
- [18]. Silva, M. O. E. (2008). Inclusão E Formação Docente. Eccos Revista Científica, V. 10, N. 2, P. 479-498.
- [19]. Silva, O. A. (2014). A Formação Do Professor Na Perspectiva Inclusiva: Conhecer As Necessidades Educacionais Especiais Para Transformar. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospe/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_edespecial_artigo_ode_te_aparecida_da_silva.pdf.
- [20]. Solfa, G. C. (2001). Processos De Acesso, Permanência E Inclusão De Crianças E Adolescentes Em Situação De Vulnerabilidade Na Rede Municipal De Ensino De São Carlos. 2009. Tese De Doutorado. Universidade De São Paulo.